CPRT
COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR
TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 6 – Número 0316 – 14/08 à 18/08/2023

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

Entenda como será a fase de testes do FGTS Digital

eSocial - 14/08/2023

O cronograma de implantação do FGTS Digital já foi apresentado e prevê uma fase de testes, para que os empregadores possam conhecer o sistema e ajustar processos internos. Confira como ficou:

- **19 de agosto de 2023** - Início da fase de testes em Produção Limitada para as empresas do Grupo 1 do eSocial (faturamento acima de R$ 78 milhões no ano de 2016).

- **16 de setembro de 2023** (previsão) - Início da fase de testes em Produção Limitada para as empresas dos demais grupos do eSocial (2, 3 e 4).

- **10 de novembro de 2023** - Término da fase testes em Produção Limitada.

- **20 de novembro de 2023** - Início da fase de testes em Produção Restrita para os empregadores de todos os grupos.

- **1° de janeiro de 2024** - Entrada em produção do FGTS Digital e substituição do SEFIP/Conectividade Social para os débitos de FGTS de fatos geradores a partir da competência janeiro/2024.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

Entendimento do TST sobre insalubridade a profissionais de limpeza em hotéis é objeto de ação no STF

Supremo Tribunal Federal - 17/08/2023

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) interpretação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que permite o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo (40%) a profissionais responsáveis pela higienização e pela coleta de lixo de banheiros em hotéis. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1083 foi distribuída ao ministro Nunes Marques.

Município paulista tem responsabilidade por verbas trabalhistas

Supremo Tribunal Federal - 15/08/2023

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que o Município de Praia Grande (SP) deve responder subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas não cumpridas pela Fundação ABC, que presta serviços na área de saúde. A decisão majoritária, na sessão realizada nesta terça-feira (15), leva em conta a existência de cláusula contratual em que o ente público assumiu, no caso de rescisão unilateral do convênio, a responsabilidade pelas despesas decorrentes da dispensa de pessoal.

Presidente do TST reafirma compromisso da Justiça do Trabalho com o combate ao assédio eleitoral

Tribunal Superior do Trabalho - 18/08/2023

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Lelio Bentes Corrêa, participou, nesta quinta-feira (17), da aber-

tura do seminário "Combate ao Assédio Eleitoral", organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "A fim de promover o trabalho decente a todas as pessoas, com dignidade, cidadania e liberdade, a Justiça do Trabalho coloca-se inteiramente à disposição para o enfrentamento ao assédio eleitoral", afirmou. "Reafirmamos o nosso compromisso com a erradicação de todas as formas de violência e opressão nas relações do trabalho".

Operadora de telemarketing não consegue anular acordo que não tratava de estabilidade da gestante

Tribunal Superior do Trabalho - 17/08/2023

A operadora foi dispensada em março de 2017, após o período de experiência. Meses depois, descobriu a gravidez e informou a empresa, que concordou com a reintegração, mas sem o pagamento dos salários desse período. Como a trabalhadora insistiu que só voltaria ao emprego se recebesse os atrasados, a empresa ajuizou a reclamação trabalhista para reintegrá-la, sob pena de renúncia ao direito à estabilidade. Na audiência, foi homologada a transação entre a empresa e a trabalhadora, pelo qual ela dava quitação dos valores pretéritos a que tinha direito.

TST assina acordo para fortalecer pesquisa judiciária e ciência de dados da Justiça do Trabalho

Tribunal Superior do Trabalho - 16/08/2023

O Tribunal Superior do Trabalho assinou, nesta terça-feira (15), um acordo de cooperação com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) visando à estruturação e ao fortalecimento da área de pesquisa judiciária e ciência de dados da Justiça do Trabalho. O objetivo é produzir e avaliar políticas judiciárias baseadas em evidências.

MPT deve ser ouvido sobre destino de indenização por danos morais coletivos

Tribunal Superior do Trabalho - 15/08/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que o Ministério Público do Trabalho (MPT) defina a destinação do valor de R$ 60 mil a ser pago pela I. M. de Araújo Transportes, de Manaus (AM), a título de danos morais coletivos. O órgão,

autor de ação contra a microempresa, não havia sido ouvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR) para a escolha das instituições a serem beneficiadas pela indenização.

TST mantém nulidade de acordo que liberava seguro-desemprego depois do prazo

Tribunal Superior do Trabalho - 15/08/2023

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso de uma empregada que contestava a não homologação de uma cláusula de acordo judicial relativa ao recebimento de seguro-desemprego por meio da Caixa Econômica Federal depois de esgotado o prazo para que se dê entrada no benefício. O acordo foi homologado mais de 120 dias depois da dispensa, o que impede a concessão do benefício, de acordo com a lei.

Empresa de alimentação não pode calcular aprendizes com base nos locais de prestação de serviços

Tribunal Superior do Trabalho - 14/08/2023

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso da GR Serviços e Alimentação Ltda., de Manaus (AM), contra condenação de R$ 100 mil por descumprir a cota legal de contratação de aprendizes. Segundo o colegiado, o critério adotado para a base de cálculo deve ser o número de empregados vinculados ao CNPJ da empresa, e não aos estabelecimentos para os quais ela presta serviços.

TST anula sentença porque testemunhas não conseguiram depor em audiência telepresencial

Tribunal Superior do Trabalho - 14/08/2023

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho anulou uma sentença ao constatar que testemunhas da trabalhadora não puderam depor em audiência telepresencial por problemas técnicos de conexão à internet. O requerimento para que elas fossem ouvidas em outra audiência foi indeferido pelo juízo de primeiro grau, e a sentença acabou sendo desfavorável à trabalhadora. Para o colegiado, houve cerceamento de defesa, e o processo deve retornar à Vara do Trabalho para que as testemunhas possam depor e seja feito novo julgamento.

Notícias do Executivo

Ministério do Trabalho e Emprego inicia fase de testes do FGTS Digital neste sábado (19)

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/08/2023

O Ministério do Trabalho e Emprego inicia neste sábado (19) a implementação da fase de testes do FGTS DIGITAL, que será uma produção limitada com funcionamento simulado das funcionalidades do sistema. A previsão é que essa etapa se estenda até o dia 3 de novembro e permita aos empregadores uma adaptação à nova sistemática de recolhimento do FGTS, cujo lançamento oficial está previsto para janeiro de 2024.

Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego debatem iniciativas para reconstrução das políticas do MTE

Ministério do Trabalho e Emprego - 17/08/2023

Com o tema “Reconstruindo as políticas do MTE”, o seminário promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, realizado de 14 a 16 de agosto, em Brasília, abordou temas como a retomada do diálogo e da participação tripartite na formulação de políticas públicas de trabalho e renda, o papel dirigente e de representação dos superintendentes em seus estados, o fortalecimento das relações institucionais em cada região, entre outros.

MTE implanta nova gestão de processos e documentos no dia 26 de agosto

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/08/2023

O Ministério do Trabalho e Emprego implementa, a partir do dia 26 de agosto, o novo Sistema Eletrônico de Informações (SEI-MTE), que aprimora a gestão de processos

e documentos do órgão, oferecendo mais transparência nos processos administrativos para o cidadão que busca os serviços do órgão.

Inspeção do Trabalho fiscaliza 10 milhões de jornadas em pouco mais de 2 meses

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/08/2023

A Inspeção do Trabalho apresentou nesta semana os resultados da fiscalização de jornada de trabalhadores nas empresas utilizando o sistema Khronos, nova ferramenta tecnológica da auditoria fiscal que passou a ser utilizada a partir de maio desse ano. O sistema Khronos vem demonstrando resultados sólidos e abrangentes em todo o Brasil, tendo possibilitado, em pouco mais de 2 meses, a fiscalização de cerca de 10 milhões de jornadas em 318 empresas. Em 2,31 milhões delas o sistema detectou 2,76 milhões de irregularidades trabalhistas.

Conselho reduz para 1,91% o teto de juros do consignado para beneficiários do INSS

Ministério da Previdência Social - 17/08/2023

Em reunião extraordinária, nesta quinta-feira, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou, por 14 votos a 1, nova redução dos tetos de juros dos consignados para beneficiários do INSS. O limite para o empréstimo com desconto em folha caiu de 1,97% para 1,91%. Já na modalidade de cartão de crédito, o índice máximo caiu de 2,89% para 2,83%.

Decreto presidencial institui grupo de trabalho para propor melhorias na gestão dos benefícios do INSS

Ministério da Previdência Social - 17/08/2023

Grupo de Trabalho, de caráter consultivo, com o objetivo de formular propostas para a melhoria das bases de dados e da gestão dos processos e sistemas referentes aos benefícios operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), foi instituído por meio do Decreto nº 11.647, de 16 de agosto de 2023, publicado nesta quinta-feira, no Diário Oficial da União (DOU).

Notícias do Ministério Público do Trabalho

MPT realiza audiência coletiva para tratar de cota de pessoas com deficiência no setor de vigilância

Ministério Público do Trabalho - 16/08/2023

A procuradora do Trabalho Janine Milbratz Fiorot, representante do Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES), reuniu-se, no último dia 9.8, com diversas entidades do setor de vigilância no estado do Espírito Santo para discutir e encontrar soluções para a inclusão de pessoas com deficiência nesse ramo de atividade.

MPT e CNJ discutem geração de trabalho para egressos do sistema prisional

Ministério Público do Trabalho - 16/08/2023

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciaram discussões para estabelecimento de mecanismos que estimulem a geração de empregos para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. A implementação de ações que fortaleçam a Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional (Pnat - Decreto nº 9.450/2018), com criação de oportunidades que promovam a reinserção social dos egressos está entre os objetivos das instituições.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

SINAIT apoia criação de marco nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e fala com deputado Helder Salomão sobre PL 572

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/08/2023

O diretor do SINAIT Renato Bignami apresentou as considerações da entidade, reunidas em Nota Técnica, sobre o Projeto de Lei nº 572/2022, que cria o marco nacional de Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema, ao deputado Helder Salomão (PT/ES), autor da matéria. A conversa ocorreu nesta quinta-feira, 17 de agosto, no gabinete do deputado, em Brasília.

Notícias do e-Social

BEM-VINDO AO PERÍODO DE TESTES DO FGTS DIGITAL!

eSocial - 20/08/2023

Os testes no FGTS Digital já começaram. Clique aqui para acessar. O ambiente de Produção Limitada ficará disponível até o dia 10/11/2023. Aproveite esse período para ajustar processos internos em sua empresa e ficar preparado para a substituição que faremos a partir de janeiro/2024. O MÓDULO DE PROCURAÇÕES será liberado em breve. Acompanhe as atualizações pelo portal https://gov.br/fgtsdigital.

Publicação da versão S-1.2 do Leiaute do eSocial

eSocial - 17/08/2023

Foi publicada a Portaria Conjunta RFB/MPS/MTE Nº 44, de 11 de agosto de 2023, que aprova a versão S-1.2, do leiaute com a nova versão do Manual de Orientação do eSocial. Os leiautes da versão S-1.2 do eSocial incorporam integralmente as evoluções previstas na Nota de Documentação Evolutiva - NDE 01/2023 – Versão S-1.2. Neste contexto, a NDE 01/2023 teve sua validade encerrada com a publicação dessa nova versão.

Outras Notícias

Paradoxo hermenêutico da quantificação do dano extrapatrimonial trabalhista

Consultor Jurídico - 19/08/2023

Em 23 de junho deste ano de 2023, o STF (Supremo Tribunal Federal) concluiu o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 6.050, 6.069 e 6.082, que impugnavam diversos pontos do regime jurídico do dano extrapatrimonial, inserido na Consolidação das Leis do Trabalho na reforma trabalhista operada pela Lei 13.467/2017. Prevaleceu o voto do relator, ministro Gilmar Mendes, pela parcial procedência dos pedidos formulados, restando vencidos os ministros Luiz Edson Fachin e Rosa Weber, que reconheciam a integral procedência dos pedidos.

Nunes Marques anula decisão que reconheceu vínculo de médica terceirizada

Consultor Jurídico - 19/08/2023

A terceirização não resulta, por si só, em precarização do trabalho, violação da dignidade do profissional ou desrespeito aos direitos previdenciários, conforme o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e no do RE 958.252 (Tema 725).

Autonomia privada coletiva: pressuposto de negociação válida

Consultor Jurídico - 18/08/2023

O direito coletivo do trabalho pertence a um ramo especialíssimo do Direito do Trabalho, produtor de grandes avanços nas relações de trabalho, que exige do intérprete e daqueles que têm a responsabilidade no seu manejo a compreensão de seus princípios, sua estrutura, forma de realização do direito e seus efeitos.

Validade da escala de trabalho 5x1 e o labor aos domingos

Consultor Jurídico - 17/08/2023

Indubitavelmente, uma temática que sempre causa polêmica na Justiça do Trabalho é a questão da duração do trabalho e as normas coletivas que envolvem a flexibilização desse instituto, principalmente em escalas diferenciadas, como no caso do labor em regime de 5x1.

Concessão automática do adicional de insalubridade contra entendimento do TST

Consultor Jurídico - 17/08/2023

Criou-se no processo trabalhista o costume de os advogados pedirem para os juízes que consignem seus protestos em audiência quando têm seus pedidos indeferidos de plano, o que muitas vezes discussões entre advogados e magistrados. Estes afirmam que não existe fundamento para os protestos; já os advogados insistem nos protestos, pois sabem que não ocorrendo este, poderão ter como preclusa a oportunidade de se insurgir contra uma decisão.

Concessão automática do adicional de insalubridade contra entendimento do TST

Consultor Jurídico - 17/08/2023

Infelizmente, no âmbito trabalhista, tem persistido o entendimento, em alguns tribunais regionais, de que as atividades que envolvem o preparo e a utilização do cimento em obras da construção civil seriam consideradas insalubres. Nesses tribunais regionais, ainda há peritos judiciais que concluem, de forma automática, pela existência de insalubridade nas atividades de construção civil, principalmente em seu grau médio, mesmo não havendo qualquer comprovação da corrosividade do cimento, algo já constatado e, inclusive, pacificado na maioria dos tribunais.

Pedido trabalhista que contraria texto de lei gera multa por litigância de má-fé

Consultor Jurídico - 16/08/2023

Ao condenar a reclamante, o magistrado apontou que ela solicitou o pagamento do intervalo previsto no artigo 384 da CLT como horas extraordinárias por todo o período contratual. Contudo, o julgador destacou que é notório que o referido artigo foi revogado pela reforma trabalhista (Lei 13.467/2017).

Interferência indevida da Justiça do Trabalho no escopo de atuação do Cade

Consultor Jurídico - 14/08/2023

A 3ª Turma da 6ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho de Campinas, por votação unânime, entendeu ser atribuição do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) fundamentar as decisões relacionadas a atos de concentração econômica também com base em potenciais repercussões trabalhistas, sendo necessário ouvir os sindicatos potencialmente afetados pelos atos de concentração.

Ausência de local para refeições não gera indenização por dano moral

Migalhas - 19/08/2023

A 10ª turma do TRT da 2ª região manteve sentença que negou dispensa indireta e dano moral a porteiro que fazia refeições na guarita do prédio em que trabalhava. Para os magistrados, os argumentos do profissional não sustentam os pedidos feitos em recurso ordinário.

Ministro Douglas Alencar fala da interpretação constitucional das regras trabalhistas

Migalhas - 18/08/2023

Em entrevista a TV Migalhas, durante o congresso "20 anos do Código Civil: Avanços e Novos Desafios - Homenagem ao ministro Paulo de Tarso Sanseverino", ministro Douglas Alencar Rodrigues, do TST, destacou que o Supremo tem validado novas formas de organização do trabalho, nas quais prevalece a autonomia individual.

Ministra Morgana Richa fala da atuação do TST em ações reparatórias

Migalhas - 18/08/2023

A ministra ressaltou que a Justiça do Trabalho é um ramo que tem perfil e vocação própria para atender às questões que dizem respeito ao acidente de trabalho e à doença ocupacional e, assim, passa a responder por essas questões.

Doméstica que perdeu dedos por acidente com bomba será indenizada

Migalhas - 16/08/2023

Uma empregada doméstica que se acidentou na residência rural em que trabalhava, ao acender bomba no lugar de vela, deverá ser indenizada em R$ 17 mil por danos estéticos e morais pela empregadora. Assim decidiram os julgadores da 8ª turma do TRT da 3ª região, ao concluir que a empregadora omitiu de adotar as medidas de proteção da saúde e integridade física da empregada no ambiente de trabalho.

STF: Zanin suspende análise de recurso do INSS na revisão da vida toda

Migalhas - 15/08/2023

O ministro Cristiano Zanin, do STF, pediu vista em caso que analisa recurso do INSS no processo da "revisão da vida toda". O caso estava em plenário virtual e tinha apenas o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, acolhendo em parte os embargos da autarquia para modular os efeitos da tese fixada, reduzindo o ônus do INSS.

Empresa é condenada por acusar trabalhador de rasurar atestado médico

Migalhas - 14/08/2023

A 6ª turma do TRT da 2ª região manteve sentença que condenou uma empresa a indenizar em R$ 5 mil por danos morais um ex-trabalhador demitido por justa causa acusado de rasurar atestado médico. Colegiado entendeu que mesmo após as tentativas de readmitir o colaborador, não seria possível a manutenção da justa causa.

Grupo de Trabalho estabelece ações de proteção à trabalhadora gestante

Revista Proteção - 18/08/2023

O dia 15 de agosto celebrou o Dia da Gestante, um público que apesar de estar em um momento especial da vida, nem sempre é considerado pelas empresas desta forma. Por isso, o MPT (Ministério Público do Trabalho) criou há um ano o Grupo de Trabalho de Proteção à Trabalhadora Gestante e Lactante. "O desafio atual quanto a esse público é a garantia de condições adequadas de meio ambiente. Apesar de gravidez não ser doença, representa um momento em que as mulheres necessitam de um apoio especial para que sua condição seja devidamente respeitada. Além do mais, o número de empresas com salas para lactantes ainda é pequeno, sendo necessárias ações para cobrança e estímulo de mais espaços de amamentação para trabalhadoras lactantes", diz o coordenador do Grupo Leonardo Osório Mendonça.

OIT participa de evento da CONATRAE sobre novo Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

Organização Internacional do Trabalho - 18/08/2023

A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), iniciou nesta quinta-feira (17) a Oficina de Diretrizes para Elaboração do III Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (PNETE). O evento de dois dias reúne representantes da CONATRAE como: Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania, do Trabalho e Emprego, da Saúde, e da Justiça, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (Fenatrad) da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetraes), do Ministério Público do Trabalho, da CONTAR, além de organizações do terceiro setor.

PGR pede ao STF que exija do Congresso regulamentação de demissão sem justa causa

InfoMoney - 16/08/2023

O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) obrigue o Congresso a regulamentar o direito do trabalhador contra demissões arbitrárias ou sem justa causa. A ação foi distribuída no começo do mês à ministra Cármen Lúcia, que já deu 30 dias para o Senado e a Câmara prestarem informações. A Constituição impõe ao Congresso a obrigação de editar lei complementar sobre o tema. O PGR vê omissão do Legislativo em não regulamentar a demissão sem justa causa após 34 anos. Para Aras, a situação resulta em “contínuos prejuízos aos trabalhadores que foram e que vierem a ser demitidos injustificadamente por seus empregadores”.

Atos Normativos

DECRETO Nº 11.631, DE 11 DE AGOSTO DE 2023 (DOU de 11/08/2023 Seção I Extra Pág. 01) - Institui a Comissão Interministerial de Qualificação Profissional, Emprego e Inclusão Socioeconômica do Programa de Aceleração do Crescimento;

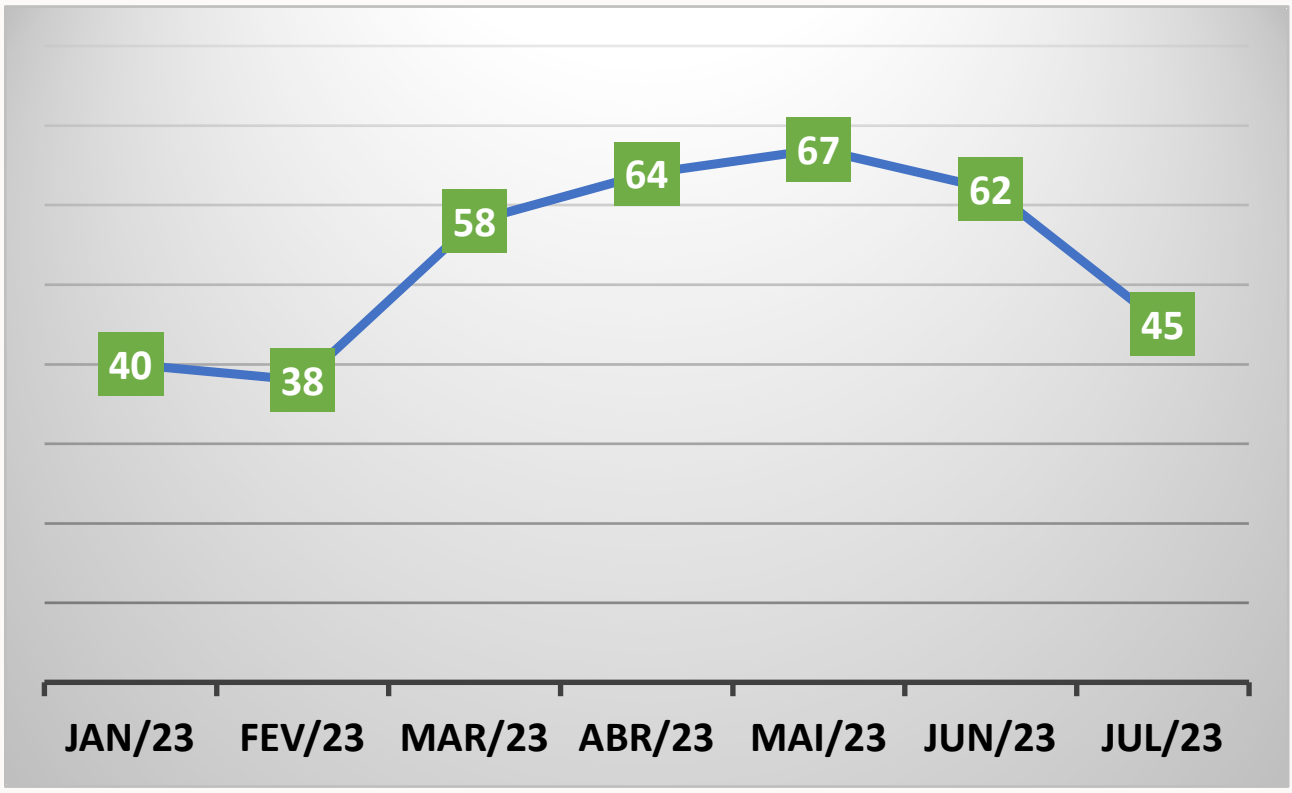
PORTARIA CONJUNTA RFB/MPS/MTE Nº 44, DE 11 DE AGOSTO DE 2023 (DOU de 17/08/2023 Seção I Pág. 51) - Aprova a versão S-1.2 do leiaute e do Manual de Orientação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial);

PORTARIA SE/MTE Nº 3.063, DE 10 DE AGOSTO DE 2023 (DOU de 18/08/2023 Seção II Pág. 60) - Fica prorrogado por 90 (noventa) dias o prazo da Portaria SE/MTE nº 1.759, de 21 de maio de 2023, publicada no DOU nº 101, Seção II, página 91, de 29 de maio de 2023, que instituiu Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de proposta de reestruturação das relações de trabalho e valorização da negociação coletiva, conforme Decreto nº 11.477, de 6 de abril de 2023;

PORTARIA MTE Nº 3.211, DE 18 DE AGOSTO DE 2023 (DOU de 18/08/2023 Seção I Extra Pág. 01) - Regulamenta a implementação e a operacionalização do FGTS Digital. (Processo nº 19966.111642/2023-58).

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 07 (NR 07) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan-jul):



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelon

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula